

ANÁLISE DE ÁREAS REGENERADAS POR MEIO DA ARQUITETURA PAISAGÍSTICA: PARQUE VILLA LOBOS E IBIRAPUERA - SÃO PAULO, BRASIL¹

GONZAGA, Caruline Daieli²
CARDOSO, Sandra Magda Mattei³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é demonstrar a utilização do paisagismo como ferramenta de regeneração por intermédio do tema: análise de áreas regeneradas por meio da arquitetura paisagística: Parque Villa Lobos e Ibirapuera. Através do tema, objetiva-se apresentar que o paisagismo exerce, mais que uma função estética, ele é o responsável pelo equilíbrio ecológico das grandes cidades. As áreas verdes urbanas, além de importantes espaços de lazer e melhoria na qualidade de vida para população, um dos maiores proveitos que se pode tirar de tal elemento, são os benefícios físicos e mentais. Cabe a ressalva de que o paisagismo, além de tudo, apresenta capacidade de colaborar para biodiversidade do local. As práticas de destruição ao meio ambiente sem se preocupar com a natureza resultam, em áreas inutilizadas e degradadas. Nestas áreas, o arquiteto paisagista realiza a intervenção para que as mesmas possam ser recuperadas e reutilizadas pela comunidade. Deste modo, abordaremos alguns correlatos de áreas recuperadas e transformadas em grandes centros de lazer, cultura e recreação.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Paisagística. Degradação. Regeneração Áreas verdes.

ANALYSIS OF REGENERATED AREAS THROUGH LANDSCAPE ARCHITECTURE: VILLA LOBOS E IBIRAPUERA PARK - SÃO PAULO, BRASIL

ABSTRACT

The objective of this work is to demonstrate the use of landscaping as a regeneration tool through the theme: analysis of regenerated areas through landscape architecture: Parque Villa Lobos e Ibirapuera. Through the theme, the objective is to show that landscaping has more than an aesthetic function, it is responsible for the ecological balance of large cities. Urban green areas, in addition to being important spaces for leisure and improving the quality of life for the population, one of the greatest benefits that can be derived from such an element are the physical and mental benefits. It is worth mentioning that the landscaping, above all, has the capacity to contribute to the local biodiversity. The practices of destruction to the environment without worrying about nature result in unused and degraded areas. In these areas, the landscape architect carries out the intervention so that they can be recovered and reused by the community. In this way, we will address some correlates of areas that have been recovered and transformed into large leisure, cultural and recreation centers.

KEYWORDS: Landscape Architecture. Degradation. Regeneration Green areas.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do trabalho³ de conclusão de curso e teve como premissa uma análise de áreas regeneradas por meio da arquitetura paisagística dos Parques Villa Lobos e Ibirapuera ambos localizados em São Paulo – Brasil.

Segundo Goulart (2007), o paisagismo é responsável pelo equilíbrio ecológico das grandes cidades, o mesmo necessita ser aplicado com muita seriedade não se limitando a projetos meramente

¹ Trabalho desenvolvido na disciplina de Trabalho de Curso: Defesa no ano de 2016.2, no curso de Arquitetura e Urbanismo. Centro Universitário Assis Gurgacz.

² Arquiteta e Urbanista. E-mail: carulinegonzaga@gmail.com

³ Arquiteta e Urbanista, Mestre. E-mail: sandramatteic@hotmail.com

decorativos, para promover equilíbrio do ecossistema. De acordo com Sanches (2011), O paisagismo pode ser inserido em vários segmentos dentro do contexto urbano, como em áreas públicas e particulares, onde a convivência humana se faz presente, melhorando a qualidade local e do entorno, na valorização da flora e fauna, contribuindo com a conservação da biodiversidade, sendo o propósito desta análise divulgar o paisagismo como ferramenta de regeneração, não somente ser reconhecido pelo estético.

A população carece de oportunidade de um maior contato com áreas livres, e a cidade de abrigar maiores áreas verdes, como parques, áreas de conservação, além de que estes espaços promovem inúmeros benefícios como melhoria da qualidade do ar, controle de temperatura, qualidade de vida e dentro outros (SANCHES, 2011, p.27).

A questão que norteia esta pesquisa é apresentada na seguinte pergunta: É possível regenerar áreas através da arquitetura paisagística? Para responder a este problema elenca-se o objetivo da pesquisa: Fazer levantamento teórico sobre o assunto; Buscar obras correlatas referentes ao tema; Avaliar a utilização do paisagismo como ferramenta de regeneração; Demonstrar a importância da integração do urbanismo e a natureza. Nas palavras de Benedito Abbud o paisagismo é a única expressão artística que contem os cinco sentidos do ser humano. Enquanto a arquitetura, a pintura, a escultura e as demais artes plásticas usam e abusam apenas da visão, paisagismo envolve também o olfato, a audição, o paladar e tato, o que proporciona uma rica vivência sensorial, ao somar as mais diversas e completas experiências perspectivas (Abbud, 2006).

Segundo Roberto Burle Marx (2009, pág. 58):

O jardim moderno representa nas grandes cidades um verdadeiro pulmão coletivo. É nele que o habitante urbano vem respirar um pouco de ar puro, cansado da luta diária nos escritórios acanhados, nas ruas asfaltadas, nos ambientes fabris. Sob o ponto de vista educacional, o jardim moderno tem como objetivo trazer para o habitante da cidade um pouco de amor pela natureza, fornece-lhe meios para que possa distinguir sua própria flora da exótica.[...]

Segundo Sprin (1995) e Hough (1998) o homem vem percebendo a importância dos elementos naturais para a sobrevivência e bem estar da sua própria espécie no habitat urbano, buscando um equilíbrio entre meio natural e o construído, e respeitando os fluxos e os processos ecológicos com a mínima interferência. É neste contexto que o homem começa a observar a natureza e imitá-la, criando novos espaços vegetados reconstruindo e restaurando habitats, trazendo, portanto, as áreas naturais para as cidades novamente.

Tim Waterman (2009), aponta que as plantas também são importantes não apenas por seu prazer visual, mas pelos outros serviços e benefícios que oferecem. Desse modo Farah ,Schlee, Tardin (2010) dizem que o campo de atuação do arquiteto paisagista perante outros profissionais que

elegeram a paisagem como objeto de trabalho, é a criação de novos espaços livres destinados a uma variada gama de funções, na revitalização de áreas, no planejamento em âmbito regional e urbano, na melhoria da qualidade de vida das nossas cidades e na preservação do nosso patrimônio natural e cultural. (FARAH, SCHLEE, TARDIN, 2010) A aproximação do homem com a natureza ocasiona experiências e sensações que o diferem do seu cotidiano, assim, podendo trazer a valorização do ambiente livre ao indivíduo. No entanto, podemos criar, reconstruir e regenerar espaços trazendo harmonia entre o meio natural e o construído. A metodologia adotada será a coleta de dados em bibliografias, internet, revistas, teses, dissertações, analisando conceitos básicos e correlatos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Este primeiro tópico apresenta a fundamentação teórica o qual possibilita dar consistência ao estudo, abordando uma revisão de literatura sobre os temas a seguir.

2.1 ÁREAS REGENERADAS

Para Waterman (2009), a arquitetura paisagística muitas vezes padece da ideia deturpada de que é uma profissão usada para “encher de plantas” como se a paisagem fosse um complemento do projeto arquitetônico. Os arquitetos paisagistas unificam a arte e a ciência para conceber lugares, a arte proporciona uma imagem com o uso de croquis, maquetes, imagens geradas pelo computador e textos, os elementos do projeto como linha, forma, textura e cor, são utilizados para criar essas imagens, e o processo permite que o projetista se relacione com um público e visualize o sítio para trabalhar nele.

Ainda no pensamento de Waterman (2009), já a ciência envolve uma compreensão dos sistemas naturais, incluindo geologia, solo, vegetação, topografia, hidrologia, clima, ecologia, também o conhecimento de construções e sua execução, como estradas e pontes, muros, pisos e até mesmo prédios eventuais. Os paisagistas são pensadores holísticos que se destacam nos macrocenários, eles vêm desempenhando um papel cada vez mais importante na solução dos problemas de nossa era, como lidar com as mudanças climáticas e gerar comunidades sustentáveis, eles estão trabalhando na revitalização urbana e na elaboração de planos diretores, resolvendo perigos ambientais, projetando espaços esportivos e criando as praças, os parques públicos e as ruas que nós utilizamos.

Segundo Lira Filho (2012), considera-se o paisagismo uma área nova do conhecimento humano, apesar de suas origens remontarem à história da própria existência do homem. Acredita-se que a partir do momento em que o homem mudou o seu comportamento de nômade, para fixar

habitação um determinado lugar explorar o meio que o cerca, o paisagismo começou a fazer parte de sua vida. Desde então, ele passou a utilizar do paisagismo para atender suas necessidades estéticas e funcionais.

Segundo Tetu (2005), a boa cidade é feita da mistura do natural com o construído, o bom paisagismo deve ser notado e utilizado não só a áreas verdes, mas a conjuntos habitacionais, centros educacionais, vias e espaços públicos, não um luxo para ricos, mas uma necessidade de todos. O paisagismo é organizar a natureza e a paisagem a serviço do homem, nas diversas escalas, sob princípios da sustentabilidade, um simples jardim é um caminho de resgatar a ligação ancestral das pessoas com a natureza, salvá-las do seu excesso de urbanidade, um ato de saúde e de espiritualidade, um reaprendizado da nossa conexão com a vida.

De acordo com Matter, (2002), arquitetar um ambiente com vegetação não é uma tarefa fácil, deve ser concebido por um profissional, onde se considera: forma, harmonia, composição, beleza e funcionalidade, hoje o paisagismo se une às construções, o verde realça as formas, oculta as imperfeições, rompe a firmeza dos materiais, suaviza o dia a dia de trabalho, é executado para enriquecer mais ainda o projeto arquitetônico.

A natureza se mostra aliada para valorizar e humanizar, tornando locais atraentes, o verde é capaz de diminuir a rigidez de um local de trabalho, proporciona ambientes mais acolhedores, contribuindo para o aumento de produtividade pelo efeito tranquilizante que as plantas causam nas pessoas.

Segundo Weiss (2002), além dos ganhos materiais na qualidade do uso do espaço, como salubridade e conforto físico, deve-se levar em conta o fator psicológico que as possibilidades de paisagem agradável aos olhos oferecem. Uma obra arquitetônica que permite diálogo com a área externa oferece sensação de liberdade e de bem estar. É por isso que deve ser dada máxima atenção ao projeto de paisagismo. Além do papel de recuperação da área transformada pela obra, o paisagismo pode acrescentar e explorar as possibilidades que o uso do espaço oferece.

2.2 ÁREAS DEGRADADAS

Nas palavras de Mascaró (2008) são áreas particulares sem valor imobiliário nenhum (ou quase nenhum). O que fazer agora? Restituir a morfologia original é possível. O único que é possível fazer e criar, através de um paisagismo ambiental adequado, novas utilidades urbanas para estes sítios.

Para Bitar (2005) o conceito degradação tem sido geralmente associado aos efeitos ambientais considerados negativos ou adversos e que decorrem principalmente de atividades ou intervenções humanas. Raramente o termo se aplica às alterações decorrentes de fenômenos ou processos naturais.

O conceito tem variado segundo a atividade em que esses efeitos são gerados, bem como em função do campo do conhecimento humano em que são identificados e avaliados.

Segundo a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) área degradada é aquela que sofreu, em algum grau, perturbações em sua integridade, sejam elas de natureza física, química ou biológica. Segundo o Portal da Educação (2013) é o processo resultante de danos ao meio ambiente, conceito de áreas degradadas é multidisciplinar, isto é, ele é utilizado em várias frentes do conhecimento. Por conta disso, é amplamente interpretado, variando entre utilizado para representar a depredação de uma mata até a exploração de uma área de tal forma que ela perca suas características de solo e vegetação, podendo culminar até mesmo em uma modificação de relevo. Entretanto, consideraremos como área degradada toda área que por ação natural ou antrópica teve suas características originais alteradas além do limite de recuperação natural dos solos, exigindo, assim, a intervenção do homem para sua recuperação.

O Decreto Federal 97.632/89 define o conceito de degradação ambiental como sendo "processos resultantes de danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade produtiva dos recursos naturais". Para Sanchez (2006), a degradação refere-se a qualquer estado de alteração de um ambiente e a qualquer tipo de ambiente, o ambiente construído degrada-se, assim como os espaços naturais, tanto patrimônio natural, como o cultural, pode ser degradado, descaracterizados e até destruídos.

A expressão área degradada sintetiza os resultados da degradação do solo, da vegetação e muitas vezes da a águas. Em que se pese a relatividade do conceito degradação ambiental

Enfim, embora controverso e não consensual, o conceito de degradação parece estar sempre associado à noção de alteração ambiental gerada por atividades humanas e consideradas adversa, o que, no contexto urbano, tende a incluir os efeitos negativos ao uso do solo em face de sua função efetiva, planejada ou potencial. (BITAR, p. 27, 2005)

2.3 ÁREAS REGENERADAS

Sanchez (2006) a capacidade de um sistema natural se recuperar de uma perturbação imposta por um agente externo (ação humana ou processo natural) é denominada regeneração. Para o autor, resiliência é diferente de estabilidade, entendia como a capacidade de um sistema retornar a um estado de equilíbrio depois de uma perturbação temporária.

De acordo com Rodrigues, Gandolfi (2004), a recuperação de ecossistemas degradados é uma atividade muito antiga, podendo-se encontrar exemplos de sua existência na história de diferentes

povos, épocas e regiões. No entanto, até recentemente ela se caracterizava como uma atividade sem vínculos estreitos com concepções teóricas, sendo executada normalmente como uma prática de plantio de mudas, com objetivos muito específicos, como controle da erosão, estabilização de taludes, melhoria visual, etc.

Nas palavras de Prado (2000), recuperar áreas degradadas é um trabalho que exige dedicação e eficiência de diversos profissionais, dependendo do ponto de vista de cada profissional, criar uma área paisagística seria a elaboração de um projeto numa determinada área, considerando suas características físicas e naturais do ambiente, como por exemplo, elaborar um projeto para ser implantado numa área de praça pública. Já o processo de recuperar uma área paisagisticamente, deve relevar os aspectos dos tipos físicos, químicos, biológicos e naturais do ambiente, considerando que as espécies a serem implantadas não prejudiquem as espécies já existentes.

2.4 ÁREAS VERDES

Segundo o CONAMA (2006) Art. 8º, § 1º Considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização.

As áreas verdes urbanas são consideradas como um grupo de áreas interurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que agregam de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental das grandes cidades. Essas áreas verdes se fazem presentes numa enorme variedade de situações são elas: áreas públicas; áreas de preservação permanente (APP); canteiros centrais; praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificadas.

De acordo com Lira filho (2012), áreas verdes e espaços livres merecem atenção especial pelas funções que exercem na recreação. O crescimento urbano cria uma situação contraditória no tocante a esses ambientes, uma vez que, ao mesmo tempo em que a demanda por esses espaços só cresce, a oferta diminui. Além da importância ecológica, na proteção do solo, sobretudo nas áreas urbanas, em encostas íngremes sujeitas à erosão. Episódios trágicos de deslizamentos de morros, com enormes prejuízos à população, podem ser evitados, se a estas áreas frágeis estiverem associadas áreas verdes de proteção. Também destaca a proteção de mananciais, garantindo boas condições para armazenamentos de água no subsolo.

Segundo Lengen (2004), não pode deixar que as comunidades se desenvolvam sem nenhuma área verde. Quando não houver um local com belezas naturais se deve deixar alguns terrenos para

que os habitantes tenham um parque futuro. Nas palavras de Lira Filho (2012) Existe um padrão mínimo de verde nas cidades exigido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esta entidade internacional considera o índice de 12m²/habitantes como o padrão ideal requerido de áreas verdes para qualquer cidade. Este padrão baseia-se no fato de que a presença dessas áreas no meio urbano traz benefícios tanto ambientais quanto sociais.

3.5 PARQUE IBIRAPUERA

Segundo a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo (2008)

[...] o Parque Ibirapuera está localizado na cidade de São Paulo com uma área de 1.584.000 m², atualmente representa a principal área verde da cidade. Inaugurado em 1954, teve como responsável pelo projeto arquitetônico, o arquiteto Oscar Niemeyer e o paisagístico, o engenheiro agrônomo e paisagista Otávio Augusto Teixeira Mendes.

No entanto, a realidade desta área era muito diferente, segundo Miglionico (2007), era uma área de várzea, antiga aldeia indígena, com passagem dos córregos Sapateiro e Boa Vista, era conhecida como região alagada, portanto de difícil ocupação para fins que não fossem de pastagem.

Afirma Miglionico (2007) que o nome Ibirapuera, de origem tupi-guarani Ypy-ra-ouêra significa “árvore apodrecida” ou “árvore podre”, pois a área era composta de vegetação de capoeira com poucas árvores esparsas, sendo alagada em determinadas épocas do ano.

De acordo com o site do Parque Ibirapuera consta que foram removidos 186 barracos, que abrigavam 204 famílias na região.

Figura 01 – Favela em 1950 onde fica hoje o Parque Ibirapuera. Foto Sebastião Assis Pereira



Fonte: parqueibirapuera.org/parque-ibirapuera/historia-mais-completa (2016)

De acordo com Oliveira (2003)

Sob gestão municipal de Pires do Rio, em 1926 surgem as primeiras ideias da possibilidade de transformar a área do Ibirapuera em um grande parque público, influenciado pela questão higienista relacionado a pântanos e áreas alagadiças ocorre a efetiva ocupação e higienização da área do Ibirapuera, visto que áreas nessas condições eram consideradas focos de doenças.

De acordo com o site do Parque do Ibirapuera - o prefeito Pires do Rio teve a intenção de construir nos moldes internacionais um parque como exemplo o Central Park, em Nova Iorque, entre outros que integravam as paisagens pelo mundo nas grandes metrópoles. A região apresentava as dimensões fundamentais para a realização do projeto. Em princípio, a proposta do projeto foi deixado de lado por se tratar de uma região alagadiça, cuja drenagem foi realizada alguns anos depois, segundo consta o histórico do Parque do Ibirapuera, por conta da iniciativa de um funcionário da prefeitura, Manuel Lopes de Oliveira, através do cultivo de grande variedade de plantas.

Figura 02: Construção do Parque e Lago



Fonte: Parqueibirapuera.org/parque-ibirapuera/historia-mais-completa (2016)

De acordo com Oliveira (2003) a plantação dos eucaliptos, em grande número sob a lógica da eficiência botânica, ao olhar mais cuidadoso, demonstra respeitar linhas diretoras, desenhos que permitissem o aproveitamento mais racional das mudas e a melhor ocupação da área. A lógica da implantação dos eucaliptos pode ser percebida a partir de uma visão mais acurada sobre o existente. Há um número maciço de árvores, próximas e relacionadas por linhas geométricas claras. A plantação não se deu a esmo ou de modo aleatório, teve uma preocupação racionalista de resolver um problema da melhor forma possível para o momento, além de contribuir para a construção da paisagem com a marcação de grandes massas de vegetação, balizando o local, construindo os seus primeiros referencias verticais.

Segundo Barone (2007) o parque foi erigido como monumento à própria cidade na comemoração de seu IV Centenário, condicionando uma forma particular de apropriação, assim criou-se o primeiro parque público metropolitano da cidade, considerado como parte do cinturão verde da cidade.

Figura 03: Vista aérea do Parque Ibirapuera 2014



Fonte: parqueibirapuera.org/parque-ibirapuera/historia-mais-completa(2016)

3.6 PARQUE VILLA LOBOS

Segundo site do governo de São Paulo - o Parque Villa-Lobos era um depósito de lixo da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP), ali cerca de oitenta famílias recolhiam alimentos e embalagens, além de depósito de entulho da construção civil. Em 1987, ano de comemoração do centenário de nascimento de Heitor Villa-Lobos, foram apresentados os primeiros estudos objetivando à implantação de um parque, destinavam os 732 mil m² à implantação de um parque de lazer, cultura e esporte.

Nas palavras de Geiser (2013) nos anos de 1980, o arquiteto Decio Tozzi dava aulas na USP (Universidade de São Paulo) diariamente realizava o trajeto onde passava diante de um terreno degradado às margens do Rio Pinheiros, situada no Alto de Pinheiros, um dos bairros mais nobres da capital paulista, teve a ideia de transformar o lixão a céu aberto em um parque, assim desenvolveu o projeto. Em seguida exibiu aos governantes da época que aderiram à proposta.

Com base no site do governo de São Paulo - os moradores da região receberam bem a proposta, principalmente por eliminar os problemas causados. Em 1989, o parque Villa-Lobos começou a ser implantado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE. Foram retiradas as famílias que viviam no local, removidos 500 mil m³ de entulho com mais de 1 metro de diâmetro, e movimentados 2 milhões de m³ de entulho e terra para acerto das elevações existentes.

O córrego Boaçava, que passava pela área, foi canalizado.

Figura 04: Parque Villa Lobos antes da revitalização paisagística



Fonte: galeriadaarquitectura.com.br/projeto/decio-tozzi/_parque-villalobos(2016)

Nas palavras de Geiser (2013) o espaço degradado e sem permeabilidade foi transformado em solo fértil, para que fosse possível foi realizado um rigoroso programa de adubações orgânicas. O plantio de leguminosas de ciclo anual para incorporar ao solo nitrogênio e matéria orgânica. As leguminosas são cultivadas e, logo após a floração, antes que surtem frutos e sementes, a massa verde é cortada. Assim além de nitrogênio presente nas raízes, a matéria orgânica resultante de decomposição das folhas é integrada ao solo.

De acordo com o site do governo de São Paulo, em janeiro de 2004, a administração do parque foi transferida para a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), neste período, foram plantadas 12 mil mudas em uma área de 120 mil m², entre as quais 1.200 ipês de oito espécies, 110 roxos e 550 amarelos, árvore-símbolo de São Paulo.

Figura 05 – Parque Villa Lobos após a revitalização



Fonte: saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/parques-e-reservas-naturais/parque-villa-lobos (2016)

Segundo o site do governo de São Paulo , o projeto paisagístico do parque é do Engenheiro Agrônomo e paisagista Rodolfo Geiser, mas foi posteriormente adequado para o plantio realizado entre 2004 e 2006 de maneira a atender às Resoluções da SMA sobre a diversidade de espécies, foi entregue concluído em 2006 com aproximadamente 24 mil árvores plantadas em covas de mil litros de substrato, após a remoção de entulho e troca de solo. Ainda no site do governo de São Paulo , a continuidade do processo de revitalização da área, em 2009, a SMA recebeu para plantio de 8.404 árvores nativas, plantio finalizado em abril de 2010. Entre as 8.404 mudas plantadas, 760 são mudas de mais de três metros de altura e foram plantadas ao longo das pistas de caminhada e da área central, visando proporcionar mais sombra aos usuários.

Hoje o Parque, abrange uma área de 732 mil m², possui ciclovia, quadras, campos de futebol, “playground” e bosque com espécies de Mata Atlântica, a área de lazer inclui ainda aparelhos para ginástica, orquidário, biblioteca, anfiteatro aberto com 750 lugares, sanitários adaptados para deficientes físicos e lanchonete. Estima-se que durante a semana cerca de 5 mil pessoas passem a cada dia pelo Parque. Aos finais de semana recebe cerca de 20 mil visitantes e aos feriados 30 mil.

Figura 06 – Biblioteca e Orquidário Parque Villa Lobos



Fonte: saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/parques-e-reservas-naturais/parque-villa-lobos(2016)

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada será a coleta de dados em bibliografias, internet, revistas, teses, dissertações, analisando conceitos básicos e correlatos. Segundo os autores, Cervo e Bervian (2006), o método científico quer descobrir a realidade dos fatos e esses ao serem descobertos devem, por sua vez, guiar o uso do método. Entretanto, o método é apenas um meio de acesso; só a inteligência e a reflexão descobrem o que os fatos e os fenômenos realmente são.

O método científico segue o caminho da dúvida sistemática metódica, que não se confunde com a dúvida universal dos céticos, que é impossível. O cientista, sempre que lhe falta a evidencia como arrimo, precisa questionar e interrogar a realidade.

Para a elaboração desse artigo serão usadas pesquisas em livros e artigos científicos onde foram levantados dados para serem analisados e refletidos para assim serem utilizados no artigo. De acordo com Cervo e Bervian (2006), pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Busca conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como forma de promover a reestruturação paisagística, é possível a intervenção em áreas degradadas, aterros sanitários e várzeas. Segundo a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) área degradada é aquela que sofreu, em algum grau, perturbações em sua integridade, sejam elas de natureza física, química ou biológica.

De acordo com Weiss (2002), nem sempre o paisagismo é complementar em relação à arquitetura. Muitas vezes acontece o contrário. Um exemplo disso é quando se projetam equipamentos para uma praça. Abrigo para espera de ônibus, banca de jornal, coreto, espelhos d'água, fontes, sanitários, ambos são elementos arquitetônicos necessários como infra-estrutura, mas não devem prevalecer em relação às funções principais da praça como passeio, recantos, vegetação, ar livre, lazer, recreação.

Às vezes o projeto de uma edificação nas imediações da praça procura uma acomodação visual com ela usando materiais que funcionam como espelho para o entorno. Dessa forma as metodologias do paisagismo visam uma melhoria no que tange o desenvolvimento estético e funcional.

A partir dos dados coletados dos parques Ibirapuera e Villa Lobos inferiu-se que um e outro se encontravam em áreas degradadas, e sem valor, ambos foram revitalizados e estes hoje se encontram regenerados por meio da arquitetura paisagista. Além do papel de recuperação, favorecem o convívio comunitário, proporcionando aos usuários maior qualidade de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura paisagística representa um importante papel no espaço urbano, e infere significativamente na colaboração para a preservação da biodiversidade, proporcionando espaços de lazer, recreação e cultura, possibilitando aumento e valorização potencial dessas áreas.

A realização do vigente trabalho teve como foco principal apresentar um pouco do paisagismo enquanto ferramenta de regeneração, não somente como função estética, o mesmo é responsável pelo equilíbrio ecológico e visas a melhoria da qualidade de vida, bem como da qualidade ambiental e

também social, mesmo trazendo, por diversas vezes, apenas o cunho estético como justificativa de implantação.

De tal maneira, observa-se que utilizando as técnicas apropriadas se pode melhorar os ambientes urbanos.

Assim, por meio da análise dos correlatos verificou-se que as áreas verdes assumem um papel muito importante no espaço urbano, tanto no que interfere na qualidade ambiental, como no que tange a qualidade de vida da população que necessita desse espaço público, seja para passear, praticar esportes etc.

Com isso, muitas das áreas que poderiam estar assumindo essas finalidades estão abandonadas sem sua efetivação. Para tanto, observou-se no vigente trabalho, por meio da análise dos parques Vila Lobos e Ibirapuera, que o paisagismo exerce mais que a funcionalidade estética, assume a responsabilidade pelo equilíbrio ecológico e integração social.

REFERÊNCIAS

ABBUD, Benedito. **Criando Paisagens**. 3ª edição. São Paulo, 2006.

ACIOLY, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana**. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

ALEX, Sun. Projeto da Praça – Convívio e Exclusão no Espaço Público. São Paulo, 2008.

Ambientes Sustentáveis: Disponível em:

<<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/25603/areas-degradadas>> Acesso em: 10 de maio de 2016

Áreas regeneradas pela Arquitetura Paisagística: Disponível em:

<<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/25603/areas-degradadas>> Acesso em 17 de maio de 2016.

Áreas Verdes Resolução CONAMA:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>> 06/10/2016> Acesso em: 17 de maio de 2016.

ARGAN, Giulio. **História da Arte como História da Cidade**. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Arquitetura e Paisagismo: Disponível em: <<http://auepaisagismo.com/?id=Recupera%C3%A7%C3%A3o-de-areas-degradadas:-especialistas-falam-sobre-a-importancia-do-paisagismo-no-segmento&in=901>> Acesso em: 17 de maio de 2016.

AZEREDO, Hélio A. de. **O edifício e seu acabamento**. São Paulo: Edgar Blucher, 2004.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. A oposição aos pavilhões do parque Ibirapuera. 2007. (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da cidade de São Paulo. Disponível em: <www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/46573/ana-claudia-castilho-barone/> Acesso em: 27 de agosto de 2016.

BARRA, Eduardo. **Paisagens úteis**: escritos sobre paisagismo. São Paulo: Senac, 2006.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. 3ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

BITAR, Omar Yazbek. Revegetação de áreas de mineração: critérios de monitoramento e avaliação do desempenho. Dissertação de Doutorado . USP, 2005.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Estatuto da Cidade**. Brasília: Instituto Pólis, 2001.

CHACEL, Fernando. **Paisagismo e Ecogênese**. Rio de Janeiro, 2004.

CHING, F. **Representação Gráfica em Arquitetura**. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2000.

CHING, F; JUROSZEC, P. **Representação Gráfica para Desenho e Projeto**. 1ª Edição. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, AS, 1998.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CORBELLA, Oscar. Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

COSTA, Ennio C. da. **Arquitetura Ecológica**: condicionamento térmico natural. São Paulo: Edgard Blucher, 1982.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1983.

FAG, Faculdade Assis Gurgacz. **Manual para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Cascavel, FAG: 2015.

FARRET, Ricardo L. **O espaço da cidade**: contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985.

FERRARA, Lucrécia D. **Design em espaços**. São Paulo: Edições Rosari, 2002.

FROTA, Anésia B.; SCHIFFER, Sueli R. **Manual de conforto térmico**. 8ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

GEISER, Rodolfo. **Revista Natureza**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/debatesgvsauade/article/viewFile/23264/22021>>

HIKERSBAY. **Central Park, New York**. 2015 Disponível em <<http://hikersbay.com/northamerica/usa/newyork/Central-Park.html?lang=pt>> Acesso em 16 de maio de 2016

LAMBERTS, R; DUTRA, L; PEREIRA, F. **Eficiência Energética na Arquitetura**. 2ª Edição. São Paulo: ProLivros, 2004.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LENGEN, Johan Van. **Manual do arquiteto descalço**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

LIRA FILHO, José Augusto. **Paisagismo – Princípios Básicos**. São Paulo, 2012.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos do Brasil**. São Paulo, 2003.

MARCONDES, Maria J. A. **Cidade e Natureza: Proteção das mananciais e exclusão social**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MARCOS, Javier R.; ZABALBEASCOA, Anatxu. **Minimalismos**. Edição em português. Barcelona, 2001.

MARINGOGI, Heloisa M. **Princípios de arquitetura em Aço**. São Paulo, 2004.

MASCARÓ, Juan Luis; YOSHINAGA, Mario. **Infra-estrutura urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2008.

MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan. **Vegetação Urbana**. Porto Alegre: Mais Quatro, 2005.

MATTER, Gilberto. **Pensamento sobre Áreas Regeneradas**. Disponível em: <http://www.paisagismobrasil.com.br/index.php?system=news&news_id=795&action=read/> Acesso em 17 de maio de 2016.

NETTO, J. T. C. A construção do sentido na arquitetura. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

NIEMEYER, Oscar. **A forma na arquitetura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

OLIVEIRA, F. L. de. **Projetos para o Parque do Ibirapuera: de Manequinho Lopes a Niemeyer (1926-1954)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2003. 371p. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/ada0c_Revista_do_Arquivo_n204.pdf#page=49> acesso em 27 de agosto de 2016.

Parque Villa Lobos. Disponível em: <<http://parquevillalobos.sp.gov.br/historico/>>

RASMUSSEN, Steen E. **Arquitetura vivenciada**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RIO, V. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. 1ª Edição. São Paulo: Pini, 1995.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

ROSSI, A. **A Arquitetura da Cidade.** 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANCHES, Patricia Mara. **De áreas degradadas a espaços vegetados.** Tese de Doutorado USP: São Paulo, 2011.

SÁNCHEZ, Luis E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Trilha do Ibirapuera.** Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/secoes/nav-cidadao/#/MSwzMiwxMDQ3>> Acesso em: 27 de agosto de 2016.

SEGRE, Roberto. **Arquitetura brasileira contemporânea.** Rio de Janeiro: Viana e Mosley, 2004.

SILVA, Maria A. C.; SOUZA, Roberto de. **Gestão no processo de projeto de edificações.** São Paulo: O Nome da Rosa, 2003.

Sistema Ambiental Paulista. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/>> Acesso em 20 de julho de 2016.

TARDIN, Raquel; SCHLEE, Mônica B.; FARAH, Ivete. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

WATERMAN, Tim. **Fundamentos de Paisagismo.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

WEISS, Sueli Totti. **Fatores Psicológicos da Arquitetura Paisagística.** Jornal de Piracicaba Online. Disponível em: <http://www.paisagismobrasil.com.br/index.php?system=news&news_id=735&action=read> Acesso em 16 de maio de 2016.

WISNIK, Guilherme. **Paulo Mendes da Rocha.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

YAZIGI, Walid. **A Técnica de Edificar.** 5ª Edição. São Paulo: Pini, 2003.

ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura.** 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996.